

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ESTADO DE RONDÔNIA
CONTROLE INTERNO

PROCESSO N°: 01/2016-CI

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Seringueiras.

ASSUNTO: Relatório de Prestação de Contas Exercício 2015

RESPONSÁVEIS: ARMANDO BERNARDO DA SILVA- prefeito municipal.

1- RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

Tratam os presentes autos do relatório da Prestação de Contas do Exercício financeiro de 2015, da Prefeitura Municipal de Seringueiras, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, e patrimonial do Tribunal de Contas, realizadas pelo Senhor Prefeito municipal SR. ARMANDO BERNARDO DA SILVA, em cumprimento ao disposto na Constituição Federal, Instrução Normativa n° 013/04 TCER, e Lei Complementar n° 101/00.

**2 - DAS PEÇAS E DOCUMENTOS QUE
COMPÕEM A PRESTAÇÃO DE CONTAS**

2.1 Além deste relatório do Controle Interno, a presente prestação de contas, em observância ao artigo 11 da Instrução Normativa n.º 013/2004-TCER e demais normas vigentes, vai acompanhado dos seguintes Anexos, demonstrativos e/ou documentos:

Item	Nº do Anexo	Documentação	Dispositivo Legal	Sim	Não
1		Relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas no período, no qual deverá ser incluído exame comparativo em relação aos últimos três exercícios, em termos qualitativos e quantitativos, das ações planejadas na Lei do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentaria e Lei Orçamentaria Anual, e das ações efetivamente realizadas, com especial enfoque sobre os programas voltados às áreas de Educação, Saúde, Social e Obras Públicas.	Artigo 11, Inciso VI, letra “a”, da IN 013/TCER. Juntado às fls. ____	X	
2		Anexos e Demonstrativos estabelecidos no art. 101 da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.64(01, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 E 18)	Artigo 11, Inciso VI, da IN 013/TCER Juntados às fls. ____	X	
3	TC-28	Qualificação dos Responsáveis;	Artigo 11, Inciso VI, letra “c” da IN 013/TCER Juntada às fls. ____	X	
4		Prova de publicação dos balanços em Diário Oficial;	Artigo 11, Inciso VI, letra “d” da IN 013/TCER Juntada às fls. ____	X	
5		Prova da publicação em Diário Oficial da Relação nominal dos servidores ativos e inativos ao final do exercício;	Artigo 11, Inciso VI, letra “e” da IN 013/TCER Juntada às fls. ____	X	
6	TC-10	Relação dos restos a pagar;	Artigo 11, Inciso VI, letra “f” da IN 013/TCER Juntada às fls. ____	X	
7	TC-13	Inventário do estoque em almoxarifado; em CD	Artigo 11, Inciso VI, letra “g” da IN 013/TCER Juntado às fls. ____	X	

8	TC-15	Inventário físico-financeiro dos bens móveis; em CD	Artigo 11, Inciso VI, letra “h” da IN 013/TCER Juntado às fls. _____	X	
9	TC-16	Inventário físico-financeiro dos bens imóveis; em CD	Artigo 11, Inciso VI, letra “i” da IN 013/TCER Juntado às fls. _____	X	
10		Cópia do ato de nomeação da comissão de elaboração dos inventários físico-financeiros dos bens móveis e imóveis;	Artigo 11, Inciso VI, letra “j” da IN 013/TCER Juntado às fls. _____	X	
11	TC-18	Quadro demonstrativo das alterações orçamentárias;	Artigo 11, Inciso VI, letra “l” da IN 013/TCER Juntado às fls. _____	X	
12	TC-22	Demonstrativo das contas componentes do ativo financeiro realizável;	Artigo 11, Inciso VI, letra “m” da IN 013/TCER Juntado às fls. _____	X	
13	TC-23	Demonstrativo sintético das contas componentes do ativo permanente;	Artigo 11, Inciso VI, letra “n” da IN 013/TCER Juntado às fls. _____	X	
14	-	Relação dos contribuintes inscritos na dívida ativa, em CD	Artigo 11, Inciso VI, letra “o” da IN 013/TCER Juntada às fls. _____	X	
15	TC-24	Demonstrativo da conta valores inscritos no ativo permanente;	Artigo 11, Inciso VI, letra “p” da IN 013/TCER Juntado às fls. _____	X	

16	TC-25	Demonstrativo das obras realizadas não incorporáveis ao patrimônio;	Artigo 11, Inciso VI, letra “q” da IN 013/TCER Juntado às fl. _____	X	
17	TC - 38	Demonstrativos de recursos financeiros de convênios não repassados cujas despesas já foram empenhadas.	Artigo 11, Inciso VI, letra “s” da IN 013/TCER Juntadas às fl. _____	X	
18		Relatório do Controle Interno		X	
19		Pronuncamento da Autoridade Competente		X	
20		Demonstrativo da Conta Bancos em 31/12/2015, Conciliações Bancárias e Extratos Bancários.		X	
21		Parecer do Conselho do FUNDEB		X	
22		Comprovante de Envio da Prestação de Contas a Controladoria Geral do Estado e União		X	
23		Ato de Nomeação dos responsáveis pela movimentação financeira das contas da Saúde e Educação		X	

A análise do período em referencia foi procedida pelos Técnicos desta controladoria interna, através de exame de consistência dos documentos e informações, objetivo dos resultados constantes no balanço, nos seus relatórios e suas demonstrações contábeis, bem como os anexos complementares.

3 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 . O Orçamento Fiscal da Prefeitura Municipal foi aprovado pela Lei Municipal nº 960/2014 de 28/11/2014, estimando a receita e fixando a despesa para o exercício no montante de R\$ 25.120.220,00 (Vinte e cinco milhões cento e vinte mil duzentos e vinte reais).

3.2- De acordo com o Anexo 02 —Resumo Geral da Receita e Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, a receita arrecadada atingiu o montante de R\$ 30.265.957,54 (Trinta milhões duzentos e sessenta e cinco mil novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), apresentando em relação à orçada um **(SUPERÁVIT)** no montante de R\$ 5.145.737,54 (cinco milhões cento e quarenta e cinco mil setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

4 – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS

4.1.- De acordo com a movimentação Orçamentária do exercício, os créditos autorizados foram os seguintes:

DOTAÇÃO INICIAL	R\$ 25.120.220,00
(+) CRÉDITOS SUPLEMENTARES	R\$ 5.612.706,16
(+) CRÉDITOS ESPECIAIS	R\$ 9.579.381,91
(-) ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 5.689.608,54
(-) DESPESA AUTORIZADA	R\$ 34.622.699,53
(-) DESPESA EMPENHADA	R\$ 28.146.946,27
(=) SALDO DE DOTAÇÃO	R\$ 6.475.753,26

4.2 – A movimentação acima está devidamente demonstrada no Quadro Demonstrativo das Alterações Orçamentárias – TC 18.

4.3- Até o quadrimestre, **crédito adicional especial** no valor total de R\$ 9.579.381,91 (Nove milhões quinhentos e setenta e nove mil trezentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos) *sendo por celebração de convênios* R\$ 7.910.233,63 (Sete milhões novecentos e dez mil duzentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos) *e sendo por superávit financeiro* R\$ 1.517.245,90 (Um milhão quinhentos e dezessete mil duzentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos) *e sendo por anulação* R\$ 151.902,38 (Cento e cinquenta e um mil novecentos e dois reais e trinta e oito centavos)

Os **créditos adicionais suplementares** no valor total de R\$ 5.612.706,16 (Cinco milhões setecentos e doze mil setecentos e seis reais e dezesseis centavos) *sendo de anulação de dotação* um valor de R\$ 5.537.706,16 (Cinco milhões quinhentos e trinta e sete mil setecentos e seis reais e dezesseis centavos) *e por superávit financeiro* um valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), totalizando um percentual de 22,34%,

cujo percentual está autorizado na LOA para 2015.

4.4.- De acordo com o Quadro Demonstrativo de Alterações Orçamentárias, os recursos utilizados tiveram as seguintes fontes:

REC. P/ABERTURA DE CRÉD. ADICIONAL	VALOR R\$	%
Excesso de Arrecadação	0,00	0,00
Anulação de Dotações Orçamentárias	5.689.608,54	37,45
Superávit Financeiro	1.592.245,90	10,48
Operações de Créditos	0,00	0,00
Recursos Vinculados (convênios)	7.910.233,63	52,07
Outros (não identificados)	0,00	0,00
T O T A L	15.192.088,07	100,00

FONTE: CONTABILIDADE

5.- DA DESPESA REALIZADA

5.1.- A Despesa Realizada correspondeu ao montante de R\$ 28.146.946,27 (Vinte e oito milhões cento e quarenta seis mil novecentos e quarenta e seis reais e vinte e sete centavos), estando dentro da receita arrecadada, demonstrando um equilíbrio das contas.

6. DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

6.1.- As despesas por Categorias Econômicas realizadas no exercício estão assim demonstradas:

Categorias	Valor	% em relação ao total
CORRENTES	24.400.604,31	86,69
Despesas Correntes	24.400.604,31	86,69
CAPITAL	3.746.341,96	13,31
Investimentos	3.205.266,05	11,39
Amortização de Dívida	541.075,91	1,92
TOTAL	28.146.946,27	100,00

FONTE: CONTABILIDADE

6.2.- Do total da despesa, as Despesas Correntes representam 86,69% e as Despesas de Capital 13,31%.

7. DA APLICAÇÃO DA DESPESA COM

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E DO FUNDEB

7.1. Os impostos e os montantes aplicados no exercício, são identificados conforme quadro abaixo:

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (ART. 212 DA CF)	VALOR R\$ 2015
1- Impostos Próprios	1.299.411,88
IPTU	92.100,90
IRRF	258.876,68
ITBI	330.817,89
ISSQN	567.349,80
Dívida Ativa Impostos	33.606,32
Multa e Juros de Impostos	16.660,29
2- Transferências Estaduais	7.744.262,86
IPVA	401.292,74
ICMS	7.310.161,81
IPI	32.808,31
3- Transferências Federais	7.117.109,09
FPM	7.090.503,20
COTA PARTE IMP. S/OURO	0,00
ITR	15.639,46
LC 87/96	10.966,43
IPI	0,00
4- Total Geral de Impostos (item 1+2+3)	16.160.783,83
5- Valor Mínimo para cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal(25%) (item 4x25%)	4.040.195,96
6- Valor Mínimo para cumprimento do artigo 60 dos ADCT da Constituição Federal.(item 5x 60%)	4.040.195,96

7.2 - A aplicação efetiva dos recursos e o cumprimento dos dispositivos constitucionais está demonstrada pelo seguinte quadro:

DESPESAS CONSIDERADAS	VALOR R\$
1- Contribuição ao FUNDEB (retenção de 20,00% do FPM, IPI e ICM'S) art. 1º, § 1º, da Lei Federal nº 9.424/96.	2.897.472,30
2- Despesas empenhadas e pagas no exercício conformidade com art. 70 da Lei Federal nº 9.394/96 c/c	2.300.686,64

Decisão Nº 74/97 e Súmula nº 01/99 do TCER e já excluídas as despesas previstas no artigo 71 da Lei 9394/96 (Valores acumulados até dezembro do Anexo II e III da IN 014/2005-TCER)	
3- Despesas de restos a pagar pagos no exercício em análise, sem a respectiva vinculação de recursos(Instrução Normativa, nº 022/2011, art. 6º, § 2º) (Valores acumulados até dezembro do Anexo IV da IN 022/TCER)	0,00
4- Despesas inscritas em restos a pagar para o exercício seguinte com recursos vinculados – (IN 022/2011, art. 6º § 1º) (conforme relação dos restos a pagar da educação que serão pagos com saldo de recursos financeiros vinculados existentes em conta corrente da educação em 31.12.12	0,00
5- Total das despesas efetuada no exercício, de acordo com a súmula 01/99 e IN 022/2011 (item 1+2+3+4)	5.198.158,94
6- Valor mínimo a ser aplicado na Manutenção e Desenvolvimento no Ensino -25% - (item 5 do quadro anterior)	4.040.195,96
7- Percentual aplicado das receitas decorrentes de impostos e transferências constitucionais, artigo 212 da Constituição Federal (item 05 deste relatório dividido pelo item 04 do relatório anterior vezes 100)	32,17
8- Valor mínimo de 60% a ser aplicado na Manutenção e Desenvolvimento de Ensino fundamental dos recursos a que se refere o “caput” do artigo 212 da Constituição Federal, em conformidade com as exigências do artigo 60 do ADCT, Const. Federal. (item 6 do quadro anterior)	4.040.195,96
9- Total Geral das despesas efetuadas no exercício na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - art. 60 do ADCT/CF. (Representa a despesa realizada na Função Programática do Ensino Fundamental, excluída a despesa do Fundeb e incluída a Contribuição dos 20,00% ao Fundeb, demonstrando quanto de despesas do item 05 foi investida especificamente no Ensino Fundamental)	5.198.158,94
10- Percentual aplicado nas despesas destinadas ao Desenvolvimento Ensino Fundamental em relação a Aplicação na Educação, art. 60 do ADCT,CF(item 09/06 x 100)	128,66

7.3 – Os valores das despesas tiveram como fonte o balancete do mês de dezembro do exercício e relatórios da IN 022/2007/TCER.

7.4 -Conforme o demonstrativo acima, verifica-se que o Município aplicou 32,17% dos impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, cumprindo o dispositivo constitucional.

7.5 – Em cumprimento ao art. 60 dos ADCT c/c com art. 7º da Lei Federal 9.424/96, a aplicação das receitas provenientes do FUNDEB em gastos com “Remuneração e Capacitação dos Profissionais do Magistério” e “Outras Despesas do Ensino Fundamental” se apresentam da seguinte forma:

1. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB	VALOR	%
1.1- 20,00% retido FPM/ITR/ICMS/IPVA/IPI/LC87/96	2.897.472,30	53,84
1.2 - Ganho recebido	2.467.848,07	45,86
1.3 - Aplicação Financeira	16.281,02	0,30
1.4 - Total Recurso recebido no FUNDEB(item 1.1+1.2+1.3)	5.381.601,39	100,00
2. APLICAÇÃO DE ACORDO COM A LEI 9.424/96		
2.1 - Mínimo de 60% com remuneração dos profissionais do magistério -	3.228.960,83	60,00
2.2 - Máximo de 40% com outras despesas	2.152.640,56	40,00
3. DESPESAS PAGAS – CONSIDERANDO O QUE DISPÕE O ARTIGO 70 E 71 DA LEI FEDERAL 9.394/96 *percentuais deverão ser comparados em relação ao valor do item 1.4		
3.1 Remuneração dos profissionais da valorização do magistério	4.243.657,39	78,85
- 3.1.1 Despesas desconsideradas pelo TCE.RO	0,00	0,00
3.1.2 Remuneração dos profissionais da valorização do magistério	4.243.657,39	78,85
3.2 Outras despesas do FUNDEB	1.192.752,41	22,16
3.3 Restos a Pagar pagos com Recursos do Exercício	0,00	0,00

Anterior		
4. TOTAL GERAL GASTO NO FUNDEB(item 3.1+3.2)	5.436.409,80	101,01

7.6 – Verifica-se pelo demonstrativo que a Prefeitura efetuou correta aplicação no Fundeb.

7.7 – As despesas consideradas estão de acordo com o artigo 70 da Lei Federal 9.394/96.

7.8 - As despesas realizadas contabilizadas no exercício e demonstradas no Anexo 11 – Demonstrativo da Despesa Autorizada com a Realizada, nos Programas e Atividades, representam o montante demonstrado nos Anexos VIII e IX da Instrução Normativa n.º 022/2007, encaminhados mensalmente.

7.9 - O total recebido do FUNDEB, no valor de R\$ 5.365.320,37(Cinco milhões trezentos e sessenta e cinco mil trezentos e vinte reais e trinta e sete centavos), registrado na contabilidade corresponde com o valor informado pelo Governo federal via internet no site www.stn.fazenda.gov.br,

7.10 – Quanto à composição Financeira do FUNDEB, temos o seguinte quadro:

Discriminação	Valor R\$
1.-Saldo Financeiro do Exercício anterior	440,30
2.- Recebimento Efetivo no FUNDEB	5.365.320,37
3.-Aplicação Financeira ,	16.281,02
4-TOTAL DO VALOR FINANCEIRO (item 1+2+3)	5.382.041,69
5.- Despesas efetivamente pagas no exercício	5.436.409,80
6.- Restos a pagar pagos no exercício.	0,00
7.- Despesas inscritas em restos a pagar pagas no exercício com recursos vinculados.	0,00
8.- TOTAL DAS DESPESA REALIZADAS(item 5 + 6 + 7)	5.436.409,80
9.- SALDO FINANCEIRO (ITEM 4-8)	0,00
10.- SALDO EXISTENTE CONFORME CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	0,00
11.- DIFERENÇA	54.368,11

7.11. De acordo com o quadro acima a

movimentação financeira do Fundeb apresenta diferença de saldo de R\$ 54.368,11. Vale ressaltar que o Município transferiu recursos de fontes próprias, gastando a maior esse montante, cujo valor não considera como aplicação no FUNDEB e o saldo financeiro nas contas é de R\$ 0,00.

8. DAS DESPESAS COM A SAÚDE

8.1. A Emenda Constitucional nº 29/00, determinou que o percentual mínimo de 15% a ser gasto pelos municípios com as ações e serviços públicos de saúde.

8.2. Assim, de acordo com o que determina a Instrução Normativa n.º 001/TCER/2001, demonstramos abaixo o cálculo das aplicações realizadas:

A - Especificação dos Impostos e Transferências registradas	2014 – R\$	2015 – R\$
IPTU	103.695,02	92.100,90
ITBI	168.910,26	330.817,89
ISSQN	344.792,14	567.349,80
IRRF	298.338,06	258.876,68
ITR	6.420,68	15.639,46
IPVA	360.363,94	401.292,74
ICMS	6.566.808,13	7.310.161,81
FPM	6.733.592,06	7.090.503,20
IPI s/ Exp.	0,00	32.808,31
L.C. 87/96 – Lei Kandir	10.312,92	10.966,43
Multas e Juros de Impostos	8.074,24	16.660,29
Receita da Dívida Ativa Tributária de Impostos	41.583,80	33.606,32
B - RECEITA TOTAL	14.664.639,12	16.160.783,83
Total da Despesa Mínima art. 198 cf com Função Saúde	2.199.695,87	2.424.117,58
C – TOTAL DA DESPESA COM SAÚDE A SER CONSIDERADA	4.007.624,61	4.094.466,17
D – ÍNDICE APLICADO = C/B	27,33	25,34

8.3. Como se vê, a Prefeitura Municipal aplicou em ações e serviços públicos de saúde em 2015 o percentual de **25,34%**, cumprindo, assim, o dispositivo constitucional.

9. DESPESA COM PESSOAL

9.1- A despesa com pessoal ficou assim demonstrada:

DESPESAS DO EXECUTIVO

EXERCÍCIO	Receitas Correntes		Despesas realizadas com Pessoal		Aplicação (+/-)	
	Total RCL em R\$	Limite de 54%	Valor R\$	%	Valor R\$	%
2014	25.967.448,36	14.022.422,11	11.681.461,77	44,99	2.340.960,34	9,01
2015	26.418.785,08	14.266.143,94	12.840.560,95	48,60	1.425.582,99	5,40

DESPESAS DO LEGISLATIVO

EXERCÍCIO	Receitas Correntes		Despesas realizadas com Pessoal		Aplicação (+/-)	
	Total RCL em R\$	Limite de 6%	Valor R\$	%	Valor R\$	%
2014	25.967.448,36	1.558.046,90	711.125,69	2,74	846.921,21	3,26
2015	26.418.785,08	1.585.127,11	697.932,07	2,64	887.195,04	3,36

9.2 – Através do demonstrativo acima verifica-se que foi cumprido o limite estabelecido no artigo 19, Inciso III, da Lei Complementar n.º 101/2000.

9.3 – Do percentual acima identificado, 48,60% representa despesa de pessoal com o Poder Executivo.

9.4 – Do percentual acima identificado, 2,64% representa despesa de pessoal com o Poder Legislativo.

10. DAS DESPESAS COM O LEGISLATIVO

10.1. O Artigo 29ª de Constituição Federal determinou que o percentual mínimo de 7,00% a ser repassado pelos municípios aos respectivos Poderes Legislativos.

10.2. Assim, de acordo com o que determina o texto Constitucional, demonstramos abaixo o cálculo das aplicações

realizadas:

A - Especificação dos Impostos e Transferências registradas	2013 – R\$	2014 – R\$
IPTU	71.834,38	102.695,02
ITBI	127.991,03	168.910,26
ISSQN	810.341,31	374.792,14
IRRF	324.643,03	298.338,06
ITR	8.369,77	6.420,68
IPVA	260.217,26	360.363,94
ICMS	6.539.840,81	6.566.808,13
FPM	6.455.446,12	6.733.592,06
Taxas	96.418,94	94.664,39
L.C. 87/96 – Lei Kandir	11.402,40	10.312,92
CIDE	1.968,48	3.986,54
Multas e Juros da D.A e de Impostos	13.061,44	8.074,24
Receita da Dívida Ativa Tributária de Impostos	38.262,61	41.583,80
B - RECEITA TOTAL	14.759.797,58	14.764.121,50
Limite do Repasse a ser realizado	1.033.185,83	1.033.488,51
C – REPASSE EFETIVAMENTE REALIZADO NO EXERCÍCIO	1.032.949,20	1.030.724,40
D – ÍNDICE APLICADO = C/B	6,99	6,98

10.3. Como se vê, a Prefeitura Municipal repassou ao Poder Legislativo no exercício de 2015 o percentual de **6,98%**, cumprindo, assim, o dispositivo constitucional.

11. DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

11.1. O comportamento da execução orçamentária foi o seguinte:

Especificação	Valores em R\$
1. Receita Orçada	25.120.220,00
2. Receita Arrecadada	30.265.957,54
3. Diferença (1 –2) (+/-)	+5.145.737,54
4. Despesa Autorizada	34.622.699,53
5. Despesa Realizada	28.146.946,27
6. Diferença (3-4) (+/-)	-6.475.753,26

11.2 - Com base no Balanço Orçamentário apresentado pelo Município, o confronto entre a Receita Arrecadada e Despesa Realizada, resultou no superávit de execução orçamentária da ordem de R\$ 2.119.011,27 (Dois milhões cento e dezenove mil onze reais e vinte e sete centavos).

12. – DO BALANÇO FINANCEIRO

12.1- A movimentação apresentada no Balanço Financeiro está assim demonstrada:

Especificação	Valores em R\$
Saldo do Exercício Anterior:	9.441.371,90
Caixa e Equivalente de Caixa	9.441.371,90
Total	0,00
(+) Acréscimos:	
Receita Orçamentária	30.265.957,54
Recebimentos Extra-Orçamentários	
Restos a Pagar Inscritos	136.586,65
Serviço da Dívida a Pagar	
Transferência Financeira Recebida	8.815.017,54
(-) Deduções:	
Despesas Orçamentárias	28.146.946,27
Pagamentos Extra-Orçamentários	
Restos a Pagar Pagos	1.093.290,00
Serviços da Dívida a Pagar	
Transferência Financeira Concedida	8.815.017,54
Outras Operações	98.113,44
(=) Resultado	
Saldo para o exercício seguinte	10.505.566,38
Caixa e Equivalente de Caixa	10.505.566,38

FONTE: CONTABILIDADE

12.2. O saldo para o exercício seguinte disponível em Caixa e Bancos, representando o valor de R\$ 10.505.566,38(Dez milhões quinhentos e cinco mil quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e oito centavos), corresponde ao valor registrado no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial - Anexo 14.

12.3. Os somatórios das conciliações bancárias representam o valor de R\$ 10.505.566,38(Dez milhões quinhentos e cinco

mil quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e oito centavos), juntadas na prestação de contas que corresponde com o saldo para o exercício seguinte, registrado na Conta Caixa e Equivalentes de Caixa anteriormente demonstrada.

12.4. A seguir, apresentamos a movimentação ocorrida nas contas registradas no Balanço Financeiro.

Conta	Saldo anterior	Inscrições	Baixas	Saldo p/ exercício seguinte
Restos a Pagar	1.093.290,00	136.586,65	1.093.290,00	136.586,65
Serviços da Dívida a Pagar				
Depósitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: CONTABILIDADE

12.5. A movimentação e o saldo para o exercício seguinte registrada na conta Restos a Pagar corresponde ao movimento apresentado no Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante.

12.6. As demais contas apresentadas no Balanço Financeiro que possuem reflexos no Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante, estão também com a movimentação devidamente conciliada.

13. DO BALANÇO PATRIMONIAL

13.1. O Balanço Patrimonial do exercício está assim representado:

TÍTULOS	VALORES EM R\$
ATIVO CIRCULANTE	10.642.407,25
Caixa e Equivalente de Caixa	10.505.566,38
Demais Créditos e Valores a Curo Prazo	41.858,67
Estoques	94.982,20
ATIVO NÃO CIRCULANTE	49.287.163,47
Ativo Realizável a Longo Prazo	14.374.866,90
Divida Ativa Tributária	1.168.007,39
Divida Ativa Tributária RPPS	204.342,10
Dívida Ativa não Tributária	13.002.537,41
Imobilizado	34.912.276,57

Bens Móveis	12.292.513,05
(-)Depreciação, Exaustão e Amortização	1.014.354,05
Bens Imóveis	23.634.117,57
TOTAL DO ATIVO	59.929.570,72
ATIVO FINANCEIRO	10.505.566,38
ATIVO PERMANENTE	49.424.004,34
PASSIVO CIRCULANTE	136.586,65
Restos a Pagar Processados	136.586,65
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	20.476.895,95
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	370.591,13
Debitos parcelados -INSS	166.249,03
Debitos parcelados - RPPS	204.342,10
Reserva Matematica	20.106.304,82
TOTAL DO PASSIVO	20.613.482,60
Ajustes de Avaliação Patrimonial	12.164.665,22
Resultados Acumulados	27.151.422,90
Resultado do Exercício	9.666.511,35
Resultado de Exercícios Anteriores	17.484.911,55
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	39.316.088,12
TOTAL DO PASSIVO	59.929.570,72
PASSIVO FINANCEIRO	136.586,65
PASSIVO PERMANENTE	20.476.895,95
SALDO PATRIMONIAL	39.316.088,12

FONTE: CONTABILIDADE

13.2. De acordo com a Demonstração das Variações Patrimoniais, as contas que compõem o Ativo Permanente tiveram a seguinte movimentação:

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INCORPORAÇÃO/ INSCRIÇÃO - PRINCIPAL	INSCRIÇÃO JUROS, MULTAS e CORREÇÃO	BAIXA/CANCELAMENTO	
Bens Móveis	11.767.501,44	1.259.460,11	0,00	-734.448,50	12.292.513,05
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	-1.014.354,05	-1.014.354,05
Bens Imóveis	21.688.311,63	1.945.805,94	0,00	0,00	23.634.117,57
Dívida Ativa Tributária	627.577,47	159.860,42	430.709,14	-50.139,64	1.168.007,39
Dívida Ativa Tributária RPPS	309.279,06	372.455,33	0,00	-477.392,29	204.342,10

Dívida Ativa Tributária Não Tributária	4.875.510,25	19.320,65	8.113.706,87	-6.000,36	13.002.537,41
Almoxarifado	49.197,63	2.675.392,03	0,00	-2.629.607,46	94.982,20
TOTAL	39.317.377,48	6.432.294,48	8.544.416,01	-4.911.942,30	49.382.145,67

FONTE: CONTABILIDADE

13.3 – O Saldo para o exercício seguinte dos bens Móveis acima demonstrado está corretamente registrado no Balanço Patrimonial e corresponde com o valor registrado no Demonstrativo Sintético das Contas do Ativo Permanente – TC 23. Este saldo também corresponde ao total do Inventário Físico-Financeiro dos Bens Móveis – TC –15.

13.4. – O saldo para o exercício seguinte dos bens Imóveis acima demonstrado está corretamente registrado no Balanço Patrimonial.

13.5– O saldo para o exercício seguinte, evidenciado na conta “Créditos a Longo Prazo”, no montante de R\$ 14.374.886,90, corresponde com o valor registrado no Balanço Patrimonial, sendo R\$ 1.168.007,39 de Dívida Ativa Tributária Principal, juros, multas e correções, R\$ 204.342,10 de Dívida Ativa Tributaria do RPPS e R\$ 13.002.537,41 de Dívida Ativa Não Tributária Principal, juros , multas e correções e no Demonstrativo Sintético das Contas Componentes do Ativo Permanente – TC-23- e com a “Relação dos Contribuintes Inscritos na Dívida Ativa”.

13.6 – O saldo para o exercício seguinte, evidenciado na conta “Almoxarifado”, no montante de R\$ 94.982,20, corresponde com o valor registrado no Balanço Patrimonial, e com o “Inventário do Estoque em Almoxarifado – TC-13.

13.7 – Quanto à Dívida Fundada Interna, houve a seguinte movimentação no exercício:

Saldo anterior	R\$	539.211,71
Inscrições	R\$	372.455,33
Baixas	R\$	541.075,91
Saldo p/ exercício seguinte	R\$	370.591,13

13.8 – O saldo acima evidenciado corresponde ao valor registrado no Balanço Patrimonial com a correta movimentação na Demonstração da Dívida Interna – Anexo 16.

14. DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES

PATRIMONIAIS

15.1 - As alterações ocorridas no Patrimônio da Prefeitura, resultantes ou independentes da execução orçamentária, apresentam o seguinte resultado:

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
TITULOS	EXERCICIO 2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	47.577.411,60
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	37.910.900,25
RESULTADO DO PERÍODO	9.666.511,35
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da Execução Orçamentária)	
	EXERCICIO 2015
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	3.205.266,05
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	541.075,91
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	222.703,74

FONTE: CONTABILIDADE

15.2 - O Saldo Patrimonial do Exercício Anterior, no Valor de R\$ 17.484.911,55 acrescido do resultado patrimonial do exercício, no montante de R\$ 9.666.511,35 anteriormente demonstrado, evidencia os Resultados Acumulados de R\$ 27.151.422,35.

16 – DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE

CAIXA

16.1. A Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício está assim representado:

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	VALORES EM R\$
INGRESSOS	39.014.891,48
RECEITAS DERIVADAS	3.669.606,90
RECEITAS ORIGINÁRIAS	1.155.299,58
TRANSFERENCIAS	34.189.985,00
DESEMBOLSOS	33.366.677,39
PESSOAL E OUTRAS DESP. CORRENTES POR FUNÇÃO	24.218.556,35

TRANSFERENCIAS	9.148.121,04
FLUXO DE CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	5.648.214,09
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</u>	
INGRESSOS	181.954,00
ALIENAÇÃO DE BENS	181.954,00
DESEMBOLSOS	4.161.969,40
AQUISIÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.161.969,40
FLUXOS DE CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.980.015,40
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>	0,00
DESEMBOLSOS	541.075,91
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	541.075,91
FLUXOS DE CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-541.075,91
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERIODO	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.127.122,78
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	9.441.371,90
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	10.505.566,38

FONTE: CONTABILIDADE

16.2. A movimentação registrada corresponde ao movimento apresentado no Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

17. DOS RELATÓRIOS EXIGIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000.

17.1. Em cumprimento ao que determina os artigos 52 e 53 da Lei Complementar n.º 101, e Artigo 11, Inciso IV, alínea “b” , da Instrução Normativa n.º 018/TCER/2006, os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, foram todos encaminhados ao Tribunal de Contas através do sistema SIGAP – Gestão Fiscal.

17.2 Em cumprimento ao que determina os artigos 54 da Lei Complementar n.º 101, e Artigo 11, Inciso V, da Instrução Normativa n.º 018/TCER/2006, os Relatórios de Gestão Fiscal, foram todos encaminhados ao Tribunal de Contas através do sistema SIGAP – Gestão

Fiscal.

18. Falhas e/ou Ilegalidades Constatadas.

18.1. Nos procedimentos de fiscalização interna foram usados os meios legais, possíveis e razoáveis para suportar nossas conclusões sobre adequabilidade ou inadequabilidade dos atos da Administração Pública.

Assim, durante o exercício financeiro de 2015, esta Unidade de Controle Interno não constatou falhas que possam comprometer a prestação de contas.

19. Conclusão.

Concluimos o presente relatório, entendemos que de forma geral este Órgão, tem cumprido com a legislação vigente, em especial as normas legais quanto à execução orçamentária, patrimonial, licitações e contratos administrativos, diante do exposto opinamos pela regularidade e aprovação da Prestação do financeiro de 2015.

É O RELATÓRIO

Seringueiras/RO, 23 de Março de 2016.

MARIA APARECIDA CORREA
Controle Interno

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ESTADO DE RONDÔNIA
CONTROLE INTERNO**

CERTIFICADO DE CONTROLE INTERNO

Órgão: Prefeitura Municipal de Seringueiras/RO

Período: Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2015.

Procedemos aos exames julgados necessários referentes a Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2015, nos atos de gestão da Prefeitura Municipal de Seringueiras, em complemento ao acompanhamento que vem sendo realizado, de forma setorial, pela Unidade de Controle Interno na aplicação das normas legais, em especial a liquidação e pagamento das despesas públicas.

Dessa forma, consideramos que nos exames efetuados na “Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2015 em referência a Unidade de Controle Interno” não foram evidenciadas impropriedades que comprometam a probidade do Ordenador de Despesa e demais responsáveis, somos pela regularidade das contas do Exercício Financeiro de 2015.

Seringueiras /RO, 23 de março de 2016.

**MARIA APARECIDA CORREA
Controle Interno**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ESTADO DE RONDÔNIA
CONTROLE INTERNO**

PARECER DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Órgão: Prefeitura Municipal de Seringueiras /RO

Período: Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2015.

Este Relatório da unidade de Controle Interno do exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Seringueiras, certifica que o mesmo contém as peças básicas e informações exigidas na Instrução Normativa nº 013/2004, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

O acompanhamento dos atos da gestão foi efetuado na Unidade de Controle Interno no decorrer do exercício de 2015, sendo necessários para certificar a regularidade das presentes contas, apenas exames complementares, na extensão julgada necessária, conforme já relatado neste relatório da Unidade de Controle Interno.

Desse modo, com base nos exames e informações da Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2015, somos de parecer que a Prefeitura Municipal de Seringueiras, alcançou os objetivos que propôs, com economia, eficiência e eficácia, pelo que somos pela regularidade das presentes contas.

Seringueiras /RO, 23 de março de 2016.

**MARIA APARECIDA CORREA
Controle Interno**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO PREFEITO**

PRONUNCIAMENTO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Em atendimento a Instrução Normativa nº 005/2000, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, atesto que tomei conhecimento do Relatório da Unidade de Controle Interno da prestação de contas do Exercício de 2015, que vai acompanhado do Certificado e Parecer, além dos documentos pertinentes.

Assim, considerando o Relatório e demais documentos apresentados pela Unidade de Controle interno desta prefeitura, determina que seja:

Observado com maior rigor todas as falhas e possíveis irregularidades, ali apontadas no intuito de corrigi-las imediatamente sob pena de responsabilização dos setores envolvidos ou responsáveis.

Encaminhe-se ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Seringueiras/RO, 23 de março de 2016.

**ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal**